

## O perigo vermelho nas páginas de *Zero Hora*: anticomunismo e a construção da legitimidade da ditadura civil-militar (1964-1968)\*

Júlio de Azambuja Borges / UNISINOS

**Resumo:** A ditadura civil-militar brasileira, a despeito do pouco pudor no uso do aparelho coercitivo, não se furtou do intento de legitimar-se; de tentar fabricar um consenso que garantiria a adesão e a obediência pacífica da população. Entre as principais estratégias utilizadas, podemos destacar, com diversos autores, a retórica anticomunista. Este trabalho identifica e analisa a existência de representações anticomunistas na linha editorial do jornal *Zero Hora* desde o seu nascimento, em maio de 1964, até a instauração do AI-5, em dezembro de 1968, período no qual a imprensa ainda gozava de relativa liberdade. Nestas condições, as possíveis adesões ao regime autoritário podem ser interpretadas mais por uma colaboração espontânea, dada à similitude de objetivos, do que pela ação de uma força repressiva nas redações dos jornais.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar – Anticomunismo – Imprensa

### Introdução

No dia 31 de agosto de 2007, foram iniciadas as comemorações dos cinquenta anos de existência do maior grupo de mídias do sul do Brasil: o Grupo RBS. O marco referencial é 1957, ano da compra da Rádio Gaúcha por um grupo de empresários do qual fazia parte Maurício Sirotsky Sobrinho. A partir da rádio, formaram a TV-Gaúcha. Em 1970, passaram para a mídia impressa com a aquisição do jornal *Zero Hora*. Com o passar dos anos, o grupo ganhou força e hoje seus veículos são líderes em todos os segmentos dos quais participam.<sup>1</sup>

Uma das principais ações destas comemorações foi a publicação de um caderno especial em *Zero Hora*. A página mais importante deste encarte, para os fins desta pesquisa, é a de número 11, dedicada exclusivamente ao trágico ano de 1964.

A reportagem principal anuncia em seu título: “*Zero Hora* está nas bancas”. No corpo do pequeno texto, somos informados que o primeiro exemplar do periódico foi às bancas no dia 04 de maio de 1964. Era o novo jornal que ocupava “o vazio deixado por *Última Hora*, fechado pela ditadura militar devido às vinculações com o trabalhismo do presidente deposto

---

\* Este artigo retoma as principais conclusões do terceiro capítulo da Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História – Unisinos (São Leopoldo, RS), intitulado **Zero Hora, anticomunismo e ditadura civil-militar (1964 – 1968): uma relação impressa**, apresentada em 2007.

<sup>1</sup> Atualmente o Grupo RBS é composto por 18 emissoras de TV aberta, duas emissoras de TV comunitárias, um canal rural de distribuição nacional, 26 emissoras de rádio, oito jornais, dois portais na Internet e mais de 80 sites. No total, conta com 5,7 mil funcionários. *Zero Hora*, Caderno Especial – Grupo RBS 50 anos, Porto Alegre, 31 ago. 2007, p.3.

8

João Goulart”. Na mesma página, abaixo de uma das raras fotos em que o primeiro general-presidente aparece sorrindo, encontramos este texto:

O golpe militar que derruba o presidente João Goulart, em 31 de março – e põe o marechal Castello Branco (foto) no poder –, **tem o apoio da grande maioria da imprensa**. O Estado de S. Paulo expõe a manchete: “Democratas dominam toda a Nação”. No Rio, a Tribuna da Imprensa comemora: “Enfim, começa uma nova era para o Brasil”. Um dos poucos dissonantes é a Última Hora, alinhada ao trabalhismo. Em 2 de abril, a UH noticia quase uma conclamação: “Jango chegou: reagirei ao golpe”. Nos EUA, o Washington Post diz que o golpe pode salvar o Brasil do comunismo. Para o Los Angeles Times, o movimento de 1964 será “um teste” para deter o avanço comunista na América Latina.<sup>2</sup>

Portanto, o jornal nasceu com o golpe. Com o tempo, ganhou poder. Atualmente, *Zero Hora* é um dos principais veículos do grupo, a mais importante mídia impressa da RBS. Entretanto, com base nas informações contidas na matéria transcrita acima, cabe a pergunta: *Zero Hora*? Como o nascente jornal encarou o movimento ocorrido pouco mais de um mês antes de seu lançamento e cuja existência foi decisiva para o seu surgimento? E ao longo dos anos, como *Zero Hora* representou a ditadura civil-militar que tentava institucionalizar-se e legitimar-se?

A pesquisa documental nos exemplares deste órgão da imprensa objetivou responder parcialmente estas perguntas. Caminhamos no sentido de dar inteligibilidade às possíveis relações encontradas entre o discurso presente no jornal *Zero Hora*, essencialmente na esfera política, e os discursos que partiam de dentro da ditadura e dos grupos civis e militares que a apoiavam, com vistas a legitimar a existência e a permanência de um regime de exceção no comando do país.

Buscamos esta compreensão pois – ainda dentro da onda revisionista que norteou a produção historiográfica dadas as comemorações<sup>3</sup> dos 40 anos do golpe em 2004 – acreditamos que, para além da compreensão das resistências ao regime, é preciso conhecer da melhor forma possível os mecanismos utilizados pelo governo autoritário para alcançar e para sustentar-se no poder. Compreendemos que a ditadura não conseguiria manter-se no poder durante tantos anos recorrendo somente ao uso da força. O que garantiu a duradoura

<sup>2</sup> *Zero Hora*, Caderno especial – Grupo RBS 50 anos, Porto Alegre, 31 ago. 2007, p. 11, grifo nosso. No restante do artigo, sempre que citarmos informações do jornal *Zero Hora*, indicaremos a forma suprimida ZH, seguida da data, da página e, quando aplicável, do caderno.

<sup>3</sup> O termo “comemorações” está utilizado no sentido de lembrar junto, não de festejar.

9

permanência do regime de exceção foi sua relativa eficiência em legitimar-se perante a população através de diferentes estratégias.

A despeito de encontrarmos no preâmbulo do Ato Institucional (AI-1) a afirmação de que a “revolução vitoriosa se legitima por si mesma”<sup>4</sup>, certamente os governos da ditadura trabalharam para forjar o apoio na população. Compreender ao menos parte dos mecanismos que os levaram a um determinado “sucesso” é fundamental para que estejamos suficientemente esclarecidos de modo que os lamentáveis episódios ditatoriais não mais se repitam em nosso país. Quanto mais compreendermos os mecanismos de coação “supra-violentos”, menos sujeitos estaremos a sofrer repressões de mesma ordem.

Apesar de podermos estruturar didaticamente uma cronologia com as principais formas de fabricação do consenso (anticomunismo, manutenção da democracia, “milagre” econômico, etc.), talvez seja mais prudente e menos estigmatizador afirmarmos a existência de uma diversidade de estratégias, voltadas para determinadas grupos, em diferentes períodos, não necessariamente concomitantes entre si. De qualquer maneira, o anticomunismo surge, entre a maior parte dos autores estudados<sup>5</sup>, como uma das principais táticas legitimadoras, sendo largamente utilizada pelo regime nos seus primeiros anos.

A retórica anticomunista, através de representações simplificadoras e estigmatizadoras, transmitia o temor e a necessidade de ação para impedir os avanços do comunismo alienígena que destruiria tudo que havia de mais sagrado na sociedade. Um discurso falacioso que proclamava a necessária defesa da democracia ao mesmo tempo em que seus divulgadores instituíam a repressão fechando jornais, caçando políticos de oposição, prendendo, torturando e matando, num gradual cerceamento da democracia brasileira. O marco simbólico para o fim do uso utilitário destas representações é o AI-5, quando a repressão atinge o seu ápice.

Pode-se afirmar que antes de alcançar este ápice, o nível repressivo existente ainda permitia certa liberdade para a imprensa divulgar suas opiniões. Jornais como o *Última Hora*

---

<sup>4</sup> Apud FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 339.

<sup>5</sup> Os seguintes autores destacam a importância do anticomunismo na construção da legitimidade da ditadura: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, Petrópolis: Vozes, 1984. KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil Pós-64*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. PETERSEN, Aurea Tomatis. O golpe de 1964 e a legitimidade do regime. In: BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*, Porto Alegre: Literalis, 2004. p. 55-77.

10

gaúcho tiveram que deixar de circular. Outros, porém, a despeito do apoio ao golpe, não deixaram de fazer duras críticas a “revolução” e aos governos. No entanto, mais do que avaliar a profundidade da crítica, importa, para os objetivos deste trabalho, a existência do espaço para a imprensa posicionar-se contra o governo em si ou contra as suas ações específicas.

A afirmação da existência deste espaço não significa concordância com as idéias de que antes de 1968 não havia ditadura e de que ao final deste ano ocorreu um “golpe dentro do golpe”. Compartilhamos com Carlos Fico a idéia de que desde a derrubada de Jango estava sendo forjado o aparato repressivo que lograria chegar ao poder com o AI-5, em uma leitura que se contrapõe àquela que entende o acirramento da repressão como sendo conjuntural e reativo a opção de parte da esquerda pela “luta armada”.<sup>6</sup>

A pesquisa documental que forneceu o material interrogado nesta análise foi realizada no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa em Porto Alegre. Foram pesquisados os exemplares do jornal *Zero Hora* desde a sua primeira edição, em maio de 1964, até o mês em que foi instaurado o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968; além dos dois últimos meses do jornal *Última Hora*, março e abril de 1964.

### **A certidão de nascimento de *Zero Hora***

Como foi citado no início, *Zero Hora* sucedeu o *Última Hora* de Porto Alegre, jornal que fazia parte da rede de Samuel Wainer, cuja sede era o Rio de Janeiro. Os vínculos do jornal carioca com o trabalhismo são incontestes, tanto que sua criação foi “encomendada”, em 1949, pelo então presidente Getúlio Vargas.<sup>7</sup> Na época sob estudo, seguindo seu alinhamento político, o jornal apoiava, em termos gerais, o governo João Goulart.

Para compreendermos a transição para o jornal *Zero Hora*, foi necessária a análise dos dois últimos meses da versão gaúcha do *Última Hora*. Neste período, o apoio a Jango é notório. Percebe-se a atitude favorável na ampla e positiva cobertura dos últimos atos do

---

<sup>6</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Revista Brasileira de História. *Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)*, vol. 24, nº 47, p. 37, 2004.

<sup>7</sup> NUNES, Augusto (Org.). *Minha razão de viver: memórias de um repórter – Samuel Wainer*, Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 126-7.

11

governo Goulart, aqueles que precipitaram o golpe.<sup>8</sup> Contudo, seria temerário afirmar, sem a análise de uma série mais longa, o alinhamento contínuo e incondicional do jornal a tais lideranças.

A primeira edição de *Zero Hora* circulou nas ruas de Porto Alegre e de algumas cidades do interior no dia 04 de maio, segunda semana após a última edição do jornal *Última Hora*. Na capa, foi apresentado o editorial de abertura – “Servir ao povo é o nosso lema” – que deixa claro a mudança no perfil político do jornal nascente:

Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Independente. Democrático. Sem vínculos ou compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades.

O aparecimento de ZERO HORA, totalmente desligada da Rede Nacional de jornais que anteriormente editava Última Hora, somente foi possível com a compra do controle acionário da Editora Flan S.A. por um grupo de gaúchos representantes das diversas classes sociais.

A par de sua orientação popular, ZERO HORA se manterá numa linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos os que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas. [...] <sup>9</sup>

Percebe-se o esforço em diferenciar o novo jornal do vespertino da rede de Samuel Wainer, identificando-o com o Rio Grande do Sul e desvinculando-o explicitamente do perfil político do jornal anterior.

A despeito desta pretensa independência política, o editorial afirma, na seqüência, que defenderá os princípios cristãos e dará apoio “a todos os que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas”. Estas “ideologias” exógenas são identificadas, segundo a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que embasava teoricamente boa parte dos líderes do regime, como o comunismo internacional, cuja “purulência” estava fortemente infiltrada, exigindo que os “esforços” e “sacrifícios” da “Revolução” iniciassem sua ação saneadora.

Percebemos, portanto, desde esta “certidão de nascimento” do jornal, sua vinculação àquela primeira e significativa estratégia de construção de legitimidade: o anticomunismo.

<sup>8</sup> Conforme ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*, Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128. E BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*, Porto Alegre: JÁ, 1999.

<sup>9</sup> ZH, 04 maio 1964, capa.

12

Não queremos afirmar levemente que havia uma vinculação direta do governo civil-militar com o periódico. Queremos apenas demonstrar os resultados de nossa pesquisa documental que identificou o colaboracionismo<sup>10</sup> do novo diário.

A idéia inicial era utilizar como fonte principal desta pesquisa os editoriais não assinados, que representam a opinião da instituição. Entretanto, como veremos a seguir, durante esta janela temporal, de 1964 até 1968, nem sempre *Zero Hora* revelava sua opinião através de um editorial institucional. Portanto, a pesquisa estendeu-se por outras áreas do periódico, com ênfase nas áreas políticas.

Continuando com a descrição da “certidão de nascimento” do jornal, cabe informar que as mais altas figuras políticas civis e militares de Porto Alegre emitiram, logo após o lançamento do novo periódico suas felicitações à diretoria da empresa. Devidamente publicadas, estas manifestações reforçavam a visão antagonista ao *Última Hora* e, na maioria das vezes, repetiam a oposição entre os princípios democráticos e cristãos da sociedade e aquilo contra o que a “revolução” lutava: o espectro sinistro da corrupção e do comunismo.

Podemos completar a apresentação deste período inicial do jornal com uma significativa evidência da reprodução do discurso legitimador do anticomunismo. Talvez a maior demonstração desta postura nos primeiros passos da “caçula” da imprensa gaúcha: a insistente publicação de “A Ação dos Comunistas”.

Estes textos, com explícito conteúdo ideológico, são apresentados em caixas que, apesar de não estarem assinadas e nem contarem com o cabeçalho “a pedido”, configuram o padrão gráfico do jornal para materiais externos. Dentro do primeiro mês de *Zero Hora*, foram publicadas 19 destas caixas, em um total de 12 edições. Chegou-se, inclusive, a publicar três diferentes em um mesmo exemplar.

O conteúdo de “A Ação dos Comunistas”, como o próprio nome já sugere, pretende alertar a população do perigo que o comunismo representa em uma conclamação quase religiosa para o engajamento na luta e no combate ao perigo vermelho. Citamos apenas um exemplo que ilustra a forma e o conteúdo destes textos propagandísticos:

---

<sup>10</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, São Paulo: Boitempo, 2004. Nesta publicação da sua tese de doutoramento, a autora faz uma excelente análise daquilo que chamou de “colaboracionismo”: as relações espontâneas de colaboração dos donos de jornal com o governo civil-militar no pós AI-5. Para ela (p. 251) colaborar é mais do que uma simples adesão aos pressupostos do pós-1964, colaborar é mais que apoiar, é ter compromisso.

Brasileiro. Sabe por que é o seu dinheiro vale menos? Sabe por que o seu salário cada dia fica menor para atender suas compras e necessidades? É porque o governo deposto criou diabòlicamente uma inflação galopante para fazer de você um desesperado e torná-lo um partidário das soluções violentas, como o comunismo. Você, com o seu desespero, seria a carne do canhão para os demagogos comunistas obterem o poder, e dominarem o Brasil com a sua ditadura, que só oferece humilhação, fuzilamento ou miséria. Colabore você também na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas.<sup>11</sup>

No entanto, não podemos filiar estes enunciados à redação de *Zero Hora* ou a outras instituições. O anonimato limita as conclusões. Podemos inferir, apenas, o consentimento na publicação, sinalizador de mínima aceitação pelo seu conteúdo ideológico.

#### A “opinião” de *Zero Hora*

A partir deste ponto, consubstanciados pela afirmação do próprio Ary de Carvalho, em editorial do segundo ano – “[...] As opiniões deste jornal não estão no noticiário, mas nos editoriais de responsabilidade da direção.”<sup>12</sup> – vamos iniciar uma análise política do posicionamento do jornal, baseados, em grande medida, nos editoriais assinados pelo diretor. Não compartilhamos, contudo, da idéia de que a opinião dos jornais em geral e de *Zero Hora* em específico, possa ser depreendida exclusivamente dos editoriais não assinados ou assinados pela direção da empresa. Nesta área, que representa uma parte bastante minoritária na edição completa do jornal, encontramos de forma clara o posicionamento institucional. Porém, não se pode negar que toda a construção do exemplar, em diferentes medidas, é consequência da orientação e supervisão desta mesma linha jornalística.

No novo jornal gaúcho, fora casos esporádicos, a presença de um editorial institucional diário, em uma página destinada a esta e a outras opiniões, só começou a ser uma prática permanente em meados de 1966. Nesta época, surgiu na página 4 a coluna “Opinião”, assinada pelo diretor Ary de Carvalho, acompanhada por uma ou duas colunas de comentários, eventualmente sem identificação de origem.

O início da presença de “Opinião” em *Zero Hora* está inserido nos processos de reformulação do jornal, levados a efeito por uma nova diretoria. Em janeiro de 1966, os

---

<sup>11</sup> ZH, 27 maio 1964, p. 13.

<sup>12</sup> ZH, 12 set. 1966, p. 4.

14

irmãos Maurício Sirotsky Sobrinho e Jaime Sirotsky – diretores da rádio e da TV Gaúcha – assumiram os cargos de diretor vice-presidente e diretor-superintendente. Maurício Sirotsky Sobrinho, entretanto, já era acionista minoritário da Editora Flan, nome da editora de *Zero Hora*, desde 1964.

As reformulações executadas por esta nova diretoria, no início de 1966, foram significativas no que se refere ao aumento da qualidade técnica do vespertino. Com diversas e freqüentes mudanças no roteiro do jornal, contratação de novos e qualificados profissionais, melhor aproveitamento dos espaços e maior qualidade gráfica com a aquisição de novos equipamentos de impressão, afastou-se definitivamente a semelhança, em termos de apresentação, com o *Última Hora*. Apenas o formato tablóide do antigo diário permaneceu.

Entretanto, já em um dos primeiros editoriais de capa – o “1º hora” -, publicado em meados de julho de 1964, podemos perceber parte do conteúdo que vai estar freqüentemente presente no decorrer destes quase cinco anos pesquisados. O diretor comenta um trabalho elaborado pelo III Exército e que estava sendo levado a público naquele dia. O texto intitulado “Da desordem ao “basta””, foi dedicado a tal matéria devido a Carvalho considerar este um dos mais importantes trabalhos do período pós-revolucionário,

[...] pois permitirá ao povo tomar conhecimento de manobras e documentações apreendidas pelos militares, com revelações realmente espantosas sobre os planos em marcha para implantação, em nosso País, de um regime contrário à nossa formação cristã e democrática.

[...] Há, como dissemos, revelações espantosas. O trabalho dá maior ênfase aos Grupos dos 11, das instruções que eram dirigidas aos seus integrantes, preparando-os na técnica de guerrilhas, através do fornecimento de publicações chinesas e cubanas. A destruição de armazéns, pontes, vias férreas, ataque e desarmamento de pequenos grupos de soldados, procurando organizar a revolta nas tropas – são alguns dos ensinamentos dessas instruções, agora revelados pelo III Exército neste esclarecimento sobre as razões que determinaram a Revolução de Março-Abril.

[...] Após situar a posição das Fôrcas Armadas perante a Constituição e fornecer detalhes impressionantes da trama subversiva, salienta o comandante do III Exército que, depois do comício do dia 13 [de março], o episódio afrontoso da revolta da Marinha e a calamitosa reunião do Automóvel Clube, só restava aos militares dizer um “basta”, para garantir a lei e a ordem. E o caminho foi a Revolução [...].<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> ZH, 20 ago. 1964, capa.



15

Com isso, o jornal, além de fazer propaganda – lembremos que esta coluna era publicada na capa – também começa a fixar sua posição. Fica clara que a “nossa formação cristã e democrática”, proclamada desde o princípio do jornal, é reforçada para caracterizar o movimento contra o seu principal antagonista: o comunismo estrangeiro.

Quando *Zero Hora* efetiva um editorial diário, o que mais se destaca em termos de anticomunismo são os comentários referentes ao contexto internacional da Guerra Fria. A disputa entre o “mundo capitalista” e o “mundo comunista” era, em grande medida, a tônica do noticiário internacional. No entanto, o mundo vermelho tinha preferência nas notícias e nos editoriais, pelo fato de o Brasil viver justamente o momento de consolidação do golpe que supostamente impediu o alinhamento com este ideário, tal era o discurso do governo. Enquanto as notícias sobre o “mundo livre” limitavam-se quase que exclusivamente aos Estados Unidos da América, o noticiário vermelho estendia-se pela diversidade de países comunistas, dentro e fora da União Soviética.

As turbulências pelas quais este “mundo” passou no período entre 1964 e 1968 – queda do líder soviético Kruschev; guerra do Vietnã; Revolução Cultural na China de Mao Tsé Tung; encontros internacionais em Cuba; e, principalmente, a Primavera de Praga – foram intensamente reproduzidas nas páginas de *Zero Hora*. Os comentários acerca destes eventos são bastante recorrentes nos editoriais, que vinculavam estes acontecimentos ao contexto brasileiro de consolidação da ditadura.

Além dos comentários que generalizam e configuram o comunismo como um regime só de mazelas, existem também aqueles alarmistas, nos quais os supostos perigos causados pelos governos vermelhos são dados como iminentes. Exemplo que ilustra esta representação é a “opinião” do diretor Ary de Carvalho, intitulada “Prenúncio sombrio”:

Fidel Castro reafirma a sua disposição de exportar a guerra revolucionária para toda a América Latina. No Vietnã, as tropas sulistas e norte-americanas ocupam a zona desmilitarizada, a caminho de Hanói e possivelmente da III Guerra Mundial. No Oriente médio, sob pressão de Nasser, a Organização das Nações Unidas retira a sua força de policiamento da Faixa de Gaza. E a Alemanha Oriental, repetindo a ação hitlerista do conflito passado, oferece apoio a Nasser, muito embora seja conhecido o fato de que o exército da República Árabe Unida conta com o assessoramento de técnicos em armamentos e oficiais que serviram ao III Reich.

A conclusão disso tudo é que estamos novamente à beira de uma configuração mundial e, o que é pior, às vésperas da catástrofe atômica. Com

efeito, não se pode esperar que uma agressão a Israel, fomentada pela União Soviética e pela China Comunista, a par de um recrudescimento da guerra no Sudeste asiático e da disseminação das guerrilhas castristas na América Latina, fique apenas no emprêgo das armas convencionais. O “equilíbrio pelo terror”, que se estabeleceu no mundo após terem os Estados Unidos perdido o monopólio da bomba atômica para os soviéticos, será, não há dúvida, rompido. [...] <sup>14</sup>

O comentário é escrito em tom bastante alarmista, quase sensacionalista, devido às “certezas” de senso comum que ele apresenta. Além disso, o comunismo surge como a fonte, ou como o incentivo, de todos os conflitos mundiais, ganhando um concatenado destaque negativo.

É importante analisarmos, também, de que forma a cobertura dos eventos no Brasil influenciou a construção destes editoriais. Quando se trata do noticiário nacional, ficam mais visíveis as possíveis oposições ou contrariedades levantadas contra o governo pelo jornal. *Zero Hora* colocou-se diversas vezes contra as ações governamentais: contra os casos de tortura, contra a Lei de Imprensa, contra a violência policial, contra a invasão da UNB em 1968. Contudo, estas críticas são elementos menores dentro do conteúdo do jornal que acabou sendo pautado, na maior parte das vezes, pelo apoio à ditadura.

Cabe a ressalva de que nos comentários de Ary de Carvalho referentes ao contexto nacional o apoio ao governo é facilmente percebido, porém os comentários que antagonizam com o comunismo são mais raros, em comparação com os encontrados naqueles que se referiam às notícias internacionais.

### **Conclusão**

Ao longo deste período (1964-1968), certamente houve variações na presença do comunismo e do anticomunismo, seja no noticiário, nos editoriais ou em outras partes do jornal. De qualquer forma, independente da quantificação exata de tal presença, podemos afirmar com relativa segurança a sua existência explícita nas páginas do periódico. Esta presença denota o citado colaboracionismo, ou seja, o auxílio comprometido na construção e na reprodução das representações legitimadoras da ditadura civil-militar.

---

<sup>14</sup> ZH, 22 maio 1967, p. 4.

Nosso foco esteve voltado principalmente aos editoriais que representavam a opinião institucional do jornal. Entretanto, buscando dar maior idéia de conjunto, não podemos esquecer que os jornais são uma soma de recortes. Cada foto, cada manchete, cada notícia, cada colunista representa um determinado recorte que está longe de ser neutro. Pelo contrário, evidencia as opções tomadas pela redação. Podemos avaliar as escolhas, indícios mais sutis da opinião do jornal, em cada detalhe impresso, bem como nas ausências e silêncios que demonstram o arbítrio do enquadramento.

E assim, tomando o conjunto da linha política do jornal, podemos afirmar, com tranqüilidade, que *Zero Hora* reproduzia e produzia conscientemente o discurso anticomunista, colaborando com o governo em sua busca pela construção de atitudes favoráveis à “revolução” e aos governos dela oriundos, no seio da sociedade.

Não sem motivos um jornal se atribui como defensor da “democracia” e dos “valores cristãos”. Não sem razão o jornal permite a publicação de forte material ideológico, como foram as caixas “A Ação dos Comunistas”. Não é sem propósitos, sem avaliação das filiações político-partidárias, mesmo para um jornal que se afirma sem vínculos desta espécie, que se escolhe e se dá voz aos colunistas. Não é sem avaliações prévias, buscando o maior impacto, que os redatores formam e escolhem uma manchete.

Porém, é importante destacar que não chegamos a uma conclusão simplória, na qual *Zero Hora* aparece como fiel e impassível seguidora da ditadura civil-militar. Afirmamos que o jornal também fazia oposição, também contradizia o regime. Seria ingenuidade imaginar que encontraríamos apoio irrestrito a todas as ações do governo. Entretanto, a atitude favorável sobressai-se com significativa diferença. Cada crítica, cada balanço de ações, era acompanhada por elogios aos líderes civis e militares, por proclamações de esperanças para o futuro e pela certeza na integridade e nas boas intenções do governante.

Retomando o texto da introdução, perguntamos por que *Zero Hora* não citou, no caderno que comemora os 50 anos do Grupo RBS, o seu apoio a ditadura civil-militar durante os primeiros anos? Ora, não sejamos ingênuos. A constante reelaboração de nossa imagem, na eterna disputa pelas memórias, muitas vezes impede a autocrítica sincera. Estamos falando de um grupo empresarial, aliás, o mais poderoso grupo midiático do sul do país, que certamente

18

não está disposto a macular sua história de suposta imparcialidade com lembranças que hoje restariam melhor esquecidas.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*, Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, Petrópolis: Vozes, 1984.

BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*, Porto Alegre: JÁ, 1999.

BORGES, Júlio de Azambuja. *Zero Hora, anticomunismo e ditadura civil-militar brasileira (1964-1968): uma relação impressa*. São Leopoldo: Unisinos, 2007 (Monografia de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História).

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Revista Brasileira de História. *Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)*, vol. 24, n° 47, p. 29-60, 2004.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil Pós-64*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, São Paulo: Boitempo, 2004.

NUNES, Augusto (Org.). *Minha razão de viver: memórias de um repórter – Samuel Wainer*, Rio de Janeiro: Record, 1989.

PETERSEN, Aurea Tomatis. O golpe de 1964 e a legitimidade do regime. In: BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004. p. 55-77.